



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

Em 34 anos de democracia, a AR já abriu 6 comissões de averiguação

Podem os inquéritos parlamentares prejudicar as investigações judiciais?

João Miranda, comentador

■ «O caso "Casa Pia" mostrou que a interferência política no trabalho da Justiça já existe»

Nuno Melo, deputado do CDS-PP

■ «O que o Parlamento decida não terá qualquer reflexo nos termos da investigação criminal»

Menezes Leitão, advogado

■ «Comissões de inquérito não funcionam adequadamente»

ANA CLARA

não admitiu qualquer outra tese, que não a do acidente», afirma.

De resto, sublinha, «foi em concreto, na sequência do relatório produzido pela XVIII comissão parlamentar de inquérito à tragédia de Camarate que, pela primeira vez, o Ministério Público reconheceu a existência de indícios da prática de crimes, através de ofício remetido à data, pelo Senhor Procurador Geral da República».

Por outro lado, garante que «a abordagem do Parlamento, permite integral respeito pelo segredo que os trabalhos justifiquem, nos termos do que dispõe a Lei dos Inquéritos

CASO «Camarate». «Envelope 9». «BCP». «Junta Autónoma de Estradas». «Entre-os-Rios» e, mais recentemente, o caso «BPN». Todos estes acontecimentos estiveram (e alguns ainda estão) na mira das investigações da Justiça.

Paralelamente foram também escrutinados pela Assembleia da República nas comissões de inquérito parlamentares. Começa, pois, a ser cada vez mais um lugar comum a coincidência de investigações judiciais e a existência de inquéritos parlamentares. Mas podem ambas colidir e prejudicarem-se mutuamente? Pode a investigação do homicídio chocar com a do Ministério Público e das polícias? Corremos o risco de existirem interferências entre o poder político e o judicial?

Nuno Melo, deputado do CDS-PP, Menezes Leitão, advogado, João Miranda, comentador, falam a «O DIABO» sobre o assunto.

«A abordagem da AR permite integral respeito pelo segredo que os trabalhos justifiquem»

Nuno Melo, que presidiu à comissão de inquérito do caso «Camarate» refere que não é negativo a coincidência de investigações judiciais e a existência de inquéritos parlamentares. «Muito pelo contrário. Recordo que tudo quanto hoje se sabe, com relevância criminal, a propósito de Camarate, foi descoberto no âmbito de comissões parlamentares de inquérito, e não de investigações promovidas pelo Ministério Público, que durante anos,



Começa a ser cada vez mais frequente ver o Parlamento a investigar casos menos transparentes e que estão também nas mãos da Justiça

Parlamentares».

O apuramento dos factos e os esclarecimentos que são pedidos, a título parlamentar podem prejudicar a investigação criminal? À pergunta, Nuno Melo responde: «o que se descubra, poderá, quanto muito, auxiliar a investigação criminal».

Refere que «independentemente

desse facto, no caso concreto da comissão recentemente constituída, a requerimento do CDS, a propósito dos termos da supervisão e da gestão, no caso do BPN, há uma outra razão que considero de princípio: quando o Parlamento português decidiu a primeira nacionalização deste regime, depois daquelas de

má memória que o PREC trouxe, o mínimo que se lhe exige, é que igualmente apure todos os factos que a justificaram». E acrescenta: «com vantagem para a capacidade fiscalizadora do Parlamento e com vantagem para a Justiça».

E pode ou não haver o risco de haver interferência política no trabalho da Justiça? «Não é essa a razão de ser das comissões parlamentares de inquérito», frisa, adiantando que «o que o Parlamento decida, não terá qualquer reflexo nos termos da investigação criminal, cuja direcção, de resto, compete em exclusivo ao Ministério Público».

Nuno Melo, que presidiu à comissão de inquérito do caso «Camarate», descreve ainda o balanço das conclusões da mesma: «os resultados obtidos pelas comissões parlamentares de inquérito à tragédia de Camarate, são a melhor das provas da eficácia e das vantagens das comissões parlamentares de inquérito». Sobre as dificuldades em apurar os factos, o deputado centrista realça que «a lei estabelece um diferente regime, conforme as comissões parlamentares de inquérito tenham sido decididas pela via potestativa, ou meramente deliberativa». «Nas que forem constituídas potestativamente, não se poderão inviabilizar as diligências consideradas necessárias. Nas outras, as audições a realizar terão de ser aprovadas», salienta.

De qualquer modo, sustenta que «em nenhum dos casos fica prejudicada a obtenção de documentação

João Miranda, comentador político, sublinha:
«Comissões parlamentares raramente contribuem para esclarecer os casos que analisam»



O DIABO — Começa a ser cada vez mais um lugar comum a coincidência de investigações judiciais e a existência de inquéritos parlamentares. Na sua opinião, é negativo a existência paralela de duas investigações sobre o mesmo

assunto ao mesmo tempo?

JOÃO MIRANDA — Em princípio não. Muitos casos têm consequências políticas e judiciais. É normal que cada uma destas perspectivas seja avaliada no fórum respectivo. Para além da questão de princípio, há que ter em conta as debilidades das instituições portuguesas. A justiça em Portugal funciona mal. As comissões de inquérito do Parlamento também. É por isso inevitável que surjam conflitos, só que esses conflitos resultam de defeitos nas instituições e não da simultaneidade dos inquéritos.

O apuramento dos factos e os esclarecimentos que são pedidos, a título parlamentar, podem prejudicar a investigação criminal?

Difícilmente. As comissões parlamentares funcionam tão mal que raramente apuram factos. Mas se os conseguissem apurar, tanto melhor. Seria mais um dado para a investigação criminal. A investigação criminal tem que

saber adaptar-se à discussão pública dos casos judiciais.

Pode ou não haver o risco de haver interferência política no trabalho da Justiça?

Esse risco é menor quando os casos são tratados em comissões abertas ao público e aos jornalistas. O caso «Casa Pia» mostrou que a interferência política no trabalho da Justiça já existe. Faz-se longe dos olhares do público.

Acha que as comissões parlamentares ajudam a esclarecer a verdade?

Não. A experiência mostra que as comissões parlamentares raramente contribuem para esclarecer os casos que analisam. As investigações ao Governo são quase sempre bloqueadas pela maioria parlamentar. As restantes acabam por gerar declarações vagas dos visados. Os deputados não têm a motivação ou a capacidade para levantar questões pertinentes.

A.C.



Nuno Melo e Menezes Leitão falam da existência paralela de uma comissão de inquérito parlamentar com a investigação judicial

e esclarecimentos, que não sendo prestados, farão incorrer os seus responsáveis e responsabilidade criminal». «Pelo que será sempre possível obter imensos esclarecimentos importantes. Etantos mais, quanto se garanta que nenhuma maioria funcionará nos trabalhos como "força de bloqueio"», afirma.

«O inquérito parlamentar deve limitar-se ao plano político»

Menezes Leitão, advogado e ex-candidato a bastonário da Ordem dos Advogados, afirma que «não seria negativa a existência de investigações criminais e inquéritos parlamentares a decorrer ao mesmo tempo, se fosse claramente delimitado o seu âmbito». «As investigações criminais devem apurar matéria penal e os inquéritos parlamentares possibilitar a fiscalização política do Governo e da Administração Pública pelo Parlamento. Não julgo que o facto de estar a decorrer um inquérito criminal seja motivo para o Parlamento se abster de exercer a fiscalização política, especialmente se forem apontadas falhas na supervisão», afiança. Todavia, relembra

que «é manifesto que o Parlamento não deve interferir em nada que tenha a ver com o inquérito criminal, uma vez que esse é da responsabilidade do Ministério Público».

Menezes Leitão frisa que «apenas poderá haver prejuízo para a investigação criminal se houve sobreposição de investigações, o que a meu ver não deve em caso algum ocorrer. O inquérito parlamentar deve limitar-se ao plano político, não podendo servir para duplicar uma investigação criminal». Lembra que não há o risco de interferência política no trabalho da Justiça e que «a autonomia do Ministério Público está constitucionalmente consagrada e os seus magistrados já deram bastantes provas de não serem permeáveis a interferências políticas». Porém, diz que «infelizmente não me parece que as comissões parlamentares de inquérito funcionem adequadamente entre nós: normalmente, em lugar de se concentrarem em pontos concretos a averiguar, dilatam o âmbito da investigação, quer em termos materiais, quer em termos temporais, acabando em consequência por não chegar a conclusão nenhuma. É uma prática infeliz do nosso Parlamento, que afecta seriamente a credibilidade das comissões parlamentares de inquérito».

Para que serve, afinal, uma Comissão de Inquérito?

■ Mas afinal o que distingue uma comissão de inquérito parlamentar de uma investigação judicial? Os inquéritos parlamentares são realizados unicamente no âmbito político.

O seu objectivo visa apurar por parte do poder legislativo, de forma mais clara, determinados factos, considerados graves, e que não estão totalmente esclarecidos. A função de uma comissão deste tipo não consiste em julgar qualquer indivíduo ou entidade mas sim permitir que o Parlamento português exerça os seus poderes de fiscalização.

Os poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito gozam, contudo, de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Nos casos de sobreposição entre as matérias que sejam objecto das comissões parlamentares de inquérito e de um processo-crime, o CPP, os poderes do MP e do Juiz de Instrução permitem evitar qualquer perturbação da investigação criminal.

Já a investigação criminal tem um fim completamente diferente: visa comprovar a existência ou não de um crime, quem foram os seus autores, os meios de prova, a fim de os apresentar em julgamento. Essa é a tarefa do Ministério Público, das polícias e, se chegar a tal, dos tribunais.



EDITORIAL

**FRANCISCO FERREIRA
DA SILVA**

Subdirector

francis@economicasgps.com



Os mercados não perdoam

A crise teima em manter-se e cada vez é mais difícil vislumbrar quando poderá acabar. Os mercados de capitais, considerados barómetros das economias, continuam a cair, mesmo depois de diversos analistas e organismos financeiros dizerem que já bateu no fundo. Ontem viveu-se um verdadeiro clima de pânico nas principais bolsas europeias, com quedas entre 3,5%, na Alemanha, e 5,3%, em Londres. Em Lisboa, o PSI-20 fechou a cair 2,16%. Também o índice da Bolsa de Nova Iorque ficou abaixo dos 7.000 pontos, o que já não acontecia desde 1997. Em Espanha, o Ibex 35 caiu para mínimos de 2003.

Tudo por causa dos indicadores económicos adversos e das más notícias do sector financeiro. Em especial os prejuízos da seguradora norte-americana AIG, da ordem dos 100 mil milhões de dólares (80 mil milhões de euros), motivando uma nova ajuda do Estado norte-americano de 30 mil milhões de dólares. Também a quebra de 70% nos lucros do HSBC, o maior banco europeu, e o anúncio do aumento de capital de 14,1 mil milhões de euros, veio alimentar o medo nos mercados.

O sector financeiro ainda não tinha recuperado do aumento das participações do Estado britânico no Royal Bank of Scotland e no Lloyds. Isto enquanto, nos EUA, as opiniões oscilavam entre a nacionalização da banca (defendida pelo mais recente Prémio Nobel de Economia, Paul Krugman) e a continuação da ajuda à banca (suportada pelo presidente da Reserva Federal). Ben Bernanke afirmou que é preciso estabilizar a banca para depois vir o crescimento. Ben Bernanke garantiu que os grandes bancos dos EUA não são 'zombies' - designação dada aos bancos que só sobrevivem graças à ajuda do Estado.

Uma situação que veio tornar mais actuais as conclusões do relatório da comissão independente chefiada por Jacques de Larosière, antigo presidente do FMI, que aconselha uma supervisão pan-europeia coordenada pelo Banco Central Europeu, ou seja pouco menos que uma supervisão centralizada a nível europeu. Larosière aponta o dedo a uma supervisão europeia "demasiado fragmentada" e reclama uma maior transparência e coordenação de esforços. Entre as soluções para os problemas da banca europeia, Larosière indica a criação de um 'bad bank' para acolher os activos tóxicos da banca.

Em Portugal, os bancos passam um pouco ao lado desta situação, na medida em que, excepção feita ao BPN (por razões que não se prendem com a crise) e ao BPP, não têm problemas semelhantes aos que foram identificados a nível internacional. Exemplo disso é o facto de a linha de apoio à recapitalização da banca, no valor de 4.000 milhões de euros, não ter sido ainda utilizada. Por isso, mais do que serem atingidos pelas causas, os bancos (e as empresas) nacionais têm sido penalizados pelas consequências da situação internacional. Só que, quando a dúvida e o medo se instalam, os mercados não perdoam. ■

CASO BPN ■ DEPUTADOS QUERIAM RESPOSTA EM DEZ DIAS

Comissão ainda sem pareceres

■ Análises que vão sustentar o pedido de levantamento do sigilo não foram entregues

● DIANA RAMOS

Os pareceres encomendados pela Comissão de Inquérito ao BPN, necessários à fundamentação do pedido de levantamento de sigilo bancário e profissional, ainda não foram entregues. Isto apesar de os deputados terem aceite a sua encomenda mediante um prazo máximo de resposta situado entre os oito e os dez dias.

Contactada pelo CM, Maria de Belém, presidente da comissão, confirmou que os pareceres não chegaram aos serviços administrativos e que "não existe um prazo previsto" para a entrega.

Recorde-se que os deputados aceitaram, após sugestão do socialista Ricardo Rodrigues, no dia 11 de Fevereiro, pedir dois pareceres que pudessem contrapor, no Tribunal da Relação de Lisboa, as análises



NATALIA FERRAZ

Cerca de 30 questões ficaram sem resposta por causa do sigilo

Maria de Belém diz que não há data definida para a entrega

apresentadas por Germano Marques da Silva e Sérvulo Correia, a pedido do Banco de Portugal. Um dos pareceres será entregue por Figueiredo Dias.

A comissão ouve hoje o braço-

-direito de Oliveira e Costa na administração da instituição, Francisco Sanches. O antigo quadro já foi referido em audições anteriores como uma das pessoas a par das irregularidades cometidas. ■



DESTAQUES

PT perde quota na rede fixa

A PT voltou a perder quota de tráfego de voz na rede fixa no quarto trimestre de 2008.

Francisco Sanchez hoje no Parlamento

O antigo chefe de gabinete de José de Oliveira Costa no BPN vai ser ouvido na comissão de inquérito.

Oni renova com Millennium bcp

A Oni vai manter-se como fornecedor de telecomunicações do Millennium bcp até 2011.